

MORTALIDADE E MORBIDADE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO IMPERIAL

*Maria Luiza Marcílio **

RESUMO: Trata o artigo dos primeiros resultados de um Projeto de pesquisa sobre a "História Social da Saúde no Brasil (séculos 18 e 19)" que estamos desenvolvendo.

Contextualizamos sumariamente as condições sanitárias do Rio de Janeiro, durante o Império e a ação do Governo e da Academia Imperial de Medicina.

Calculamos os níveis de mortalidade geral e diferencial (livres e escravos e mortalidade infantil). Descobrimos que atualmente e até o final do século, a mortalidade foi inferior à natalidade. O movimento sazonal mostrou-nos que os meses quentes e úmidos eram os de maior mortandade.

Enfim, procuramos mapear a cronologia das grandes epidemias que assolaram a população carioca no século passado e conhecer as principais moléstias crônicas mais mortíferas. A tuberculose pulmonar por si só foi responsável por cerca de 15% das mortes em todo o período.

PALAVRAS-CHAVE: Mortalidade, Morbidade, Demografia, Rio de Janeiro, Período Imperial.

I. CONDIÇÕES PROPÍCIAS PARA UM QUADRO DE MORBIDADE ELEVADA

Entre os diplomatas da carreira da Europa do século passado diz-se que o pior castigo era sua designação para servir na cidade do Rio de Janeiro. Compreende-se o horror que a cidade lhes causava, onde apesar das belezas naturais inegáveis, o estrangeiro deveria se defrontar com um quadro sanitário e de saúde pública tenebroso.

Sistematicamente, ano após ano, pelo menos depois dos anos 1830 e até os primeiros anos do século atual, o número de óbitos superava de longe o dos nascimentos. A relação chegou a atingir em anos de aguda crise de mortalidade, como o ano de 1850, ano da entrada da febre-amarela na cidade, a cifra de 11.192 mortes para 5.817 nascimentos; ou ainda o ano de 1855, quando chega pela primeira vez o colera-morbo, quando foram registrados 11.180 mortos para apenas 6.660 nascimentos. Mas em anos digamos "nor-

* Departamento de História FFLCH/USP.

mais" de mortalidade, morrem mais moradores do que nascem. Em 1840, por exemplo para 5.372 nascimentos registram-se 6.760 mortes (ver tabela I).

A população moradora no Rio de Janeiro aprendeu a conviver diariamente com a morte, a morte crônica e a epidêmica. Chega a ser difícil para nós hoje entender como faziam para viver as pessoas do Rio de Janeiro face às múltiplas doenças infecto-contagiosas e epidêmicas que as atacavam conjuntamente, a cada ano. No período de 1851 a 1860, por exemplo, de acordo com as declarações do médico da época Dr. Pereira Rego, 40 epidemias atingiram a população da cidade e outras 18 no decênio de 1861 a 1870¹.

É bem verdade que autoridades médicas e governamentais tentaram modificar esse quadro, ao longo do século. Sua ação foi no entanto insuficiente e muitas vezes até inoperante.

Já em 1808, quando aqui chega a corte portuguesa com D. João, o príncipe regente, impressionado com o estado sanitário da cidade pede ao recém nomeado Físico-Mor Manoel Vieira da Silva a opinião dos médicos sobre as causas de tantas doenças e os meios de combatê-las.

A resposta do Físico-Mor contém um esboço de uma política sanitária para a cidade. Distingue, inicialmente, as causas naturais das não naturais. O ar diz o Físico-Mor, é o principal causador de doenças. A contaminação do ar se dá pelas águas estagnadas nos pântanos que levam à putrefação de matérias orgânicas e vegetais, gerando gazes pestilentos, daí a necessidade de trabalhos de urbanização como aterro de pântanos, encanamento de águas, alargamento de ruas. Continua afirmando que as sepulturas nas igrejas e cemitérios da Santa Casa onde os corpos amontoados permanecem quase a descoberto infeccionam o ar da cidade. Propõe então, a criação de cemitérios fora da cidade com sepulturas individuais ou de no máximo três corpos. A alimentação é outra causa das doenças. Começa pelo mau estado de conservação e vendas de carnes, peixes, farinhas, vinhos, vinagres e azeites. O comércio, os matadouros, os açougues devem ser controlados. Enfim o porto é outro ponto produtor de doenças e mortes. Aconselha-se a criação de um lazareto para a quarentena de escravos recém chegados e portadores de moléstias contagiosas e cutâneas².

1 PEREIRA REGO, Dr. José. *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro*; Typographia Nacional, 1872, p. 210.

2 SILVA, Manoel Vieira. *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais condizentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro, 1808*. Ver ainda: Dr. SIGAUD. *Du climat et des maladies du Brésil*. 1844.

Em 1810 cria-se o Instituto Vacínico e o Ensino Cirúrgico (1813) para o "restabelecimento da saúde do povo". Este foi o embrião da futura Escola Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1832.

O velho poder médico português desaparece em 1828, sendo extintos os cargos de Físico-Mor (poder arbitrário e inoperante) e de Cirurgião Mor do Império.

As Câmaras Municipais passam a ser responsáveis pela saúde e higiene pública locais.

Surge em 1829, a Sociedade de Medicina e Cirúrgica do Rio de Janeiro como ofensiva do corpo médico, na tentativa de impor, defender e normalizar a Medicina, dando início assim, à medicina social e preventiva brasileiras e sua luta contra o charlatanismo e o curandeirismo. Em 1855, a Sociedade transformou-se em Academia Imperial de Medicina, com o apoio oficial do governo regencial.

Mas é a terrível epidemia da febre-amarela que matou mais de 4 mil pessoas que provocará profundas mudanças na política de saúde do Império.

O ministério do Império assume o comando da saúde pública e pede à Academia de medicina a elaboração de um plano para combater o terrível mal que matou principalmente as categorias mais abastadas da cidade. Em 1850, os médicos propõem:

1 – a criação de uma Comissão Central de Saúde Pública, para coordenar o combate à epidemia;

2 – a divisão da cidade em paróquias e distritos com comissões paroquiais de Saúde Pública compostas de subdelegados, fiscais e de três médicos;

3 – a criação de um serviço de assistência gratuita aos pobres, com médicos, remédios, dietas, etc.;

4 – assistência sanitária pelas comissões, a navios, mercados, prisões, hospitais, conventos, colégios, quartéis, teatros, igrejas, etc., velando pelo seu bom estado de higiene;

5 – registro médico.

Dai saiu a Junta Central de Higiene Pública que será mantida até quase o final do século.

Em 1886, a junta transformou-se na Inspeção Geral da Higiene e foi criada a Inspeção Geral da Saúde dos Portos, ambos órgãos médicos.

Apesar da ação do corpo médico, as medidas governamentais foram ineficazes para reverter o quadro da situação sanitária do Rio de Janeiro, no século XIX.

Comprovam esta afirmação os níveis elevadíssimos de mortalidade geral e diferencial da cidade em todo o século. Para os anos de censo, a mortalidade bruta foi de 55% em 1838 e de 40% em 1871. Diferenciando-se esses níveis pelos dois segmentos mais importantes da sociedade, os níveis eram, em 1838, de 47% para os livres e de 66% para os escravos. Em 1871, essas taxas foram de 39% e de 41% respectivamente (O ano de 1871, foi um ano de trégua epidêmica).

É bem verdade que, o flagelo que se abateu sobre a população em 1850 provocou a tomada de várias medidas de caráter de saneamento básico e de higiene pública. Pântanos são secados, os limites da cidade são ampliados, abrem-se novas ruas, são construídas inúmeras edificações e residências, nos locais mais salubres e em meio à mata atlântica dos morros são instaladas novas moradias, abrem-se valetas por todos os lados para a canalização de esgotos, melhora o abastecimento de água, são definitivamente proibidos os enterramentos em igrejas e conseqüentemente são construídos cemitérios públicos, estabelece-se um hospital de isolamento fora do centro, além de outras medidas.

Apesar de tudo, estas medidas mostraram-se insuficientes. A cidade não parava de crescer com a grande entrada de escravos da África (entre 1830 e 1850) e a seguir de escravos de outras províncias, com o aumento contínuo da população européia e de outras partes do país, determinando um desenvolvimento urbano sem precedentes das atividades portuárias e um crescimento acelerado dos setores secundário e sobretudo terciário da economia da cidade. Esse crescimento demográfico, pode ser visto através dos poucos censos existentes para a cidade, ao longo do século.

POPULAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Anos	Livres	Escravos	População
1799	-	-	42.168
1821	57.605	55.090	112.695
1838	97.162	39.916	137.078
1849	155.864	110.302	266.466
1870	-	-	235.381
1890	-	-	522.651
1906	-	-	811.443

Fontes: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cod. 808 Iv. fl. 17v; Relatório do Ministério do Império 1838 e 1871 e Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro, Oficina de Estatística, 1907.

Esse acelerado crescimento demográfico da Corte do Rio de Janeiro no século passado acarretou, no setor de urbanização e da saúde pública especialmente, problemas graves que não puderam ser controlados pelas medidas governamentais e médico-sanitárias tomadas e nem pelas condições de desenvolvimento da própria Medicina da época.

Embora ampliados os limites urbanos, construídas novas casas de moradia por todo lado, melhorados os sistemas de esgotos e de água potável faltavam casas para a população especialmente para os setores mais destituídos da sociedade. Daí a formação mais acelerada de cortiços nos locais aterrados só com imundícies, onde se amontoavam numerosas famílias em construções precárias, origem das conhecidas favelas do Rio.

O abastecimento de carnes e alimentos torna-se cada vez mais problemático, contribuindo para o desenvolvimento de doenças de todo tipo, a começar pela tuberculose e pelas diarréias mortíferas, além das facilidades que a promiscuidade, a sujeira, a contaminação de águas e alimentos, etc., criavam para a propagação das epidemias.

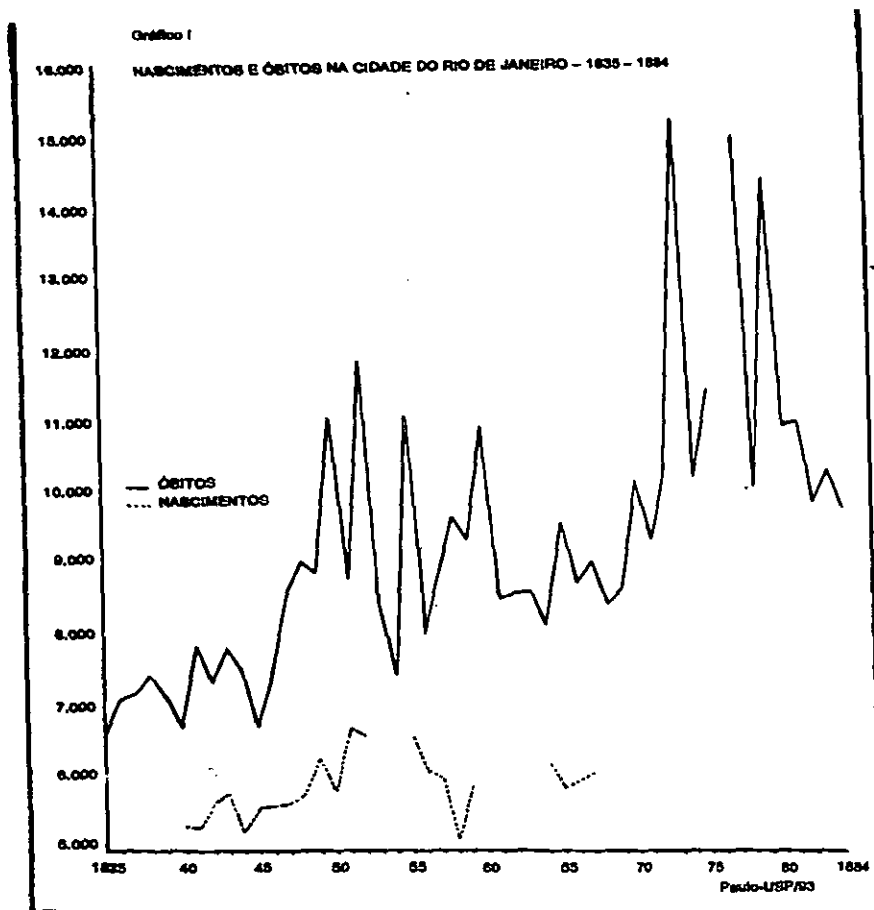
II. UMA MORTALIDADE CONSTANTEMENTE MAIOR QUE A NATALIDADE

Pelo menos dentre os estudos de mortalidade realizados para o Brasil antes de 1900, não se conhece fenômenos de mortalidade semelhantes ao do Rio de Janeiro ao longo de um período de quase 80 anos! Uma mortalidade elevadíssima e constantemente maior que a natalidade.

O crescimento natural da população, sempre negativo, só conseguiu equilibrar-se e torna-se positivo a partir do início do século XX, com as medidas de saneamento realizadas por Oswaldo Cruz. Em 1903 ainda, para 18.061 nascidos na cidade foram contados 19.308 mortos. Em 1905, já se notam os reflexos do plano do Dr. Cruz, pois contra 20.228 nascidos, morreram 17.386 pessoas. Daí para frente, salvo alguns poucos anos excepcionais de crise de mortalidade, os óbitos mostram tendências contínuas de queda média de 19% de mortalidade para 26% de natalidade geral, até cerca de 1940³.

3 Df. IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*, I. do Rio de Janeiro, 1986, ed. fac. similar, p.16.

GRÁFICO I
Evolução da Mortalidade e da Natalidade no Rio de Janeiro 1835/1884



Os dados disponíveis permitem-nos alguns cálculos sobre a mortalidade infantil. Em 1859, os bebês que morreram antes de completar um ano de vida apresentaram uma taxa de 359‰; os que faleceram antes dos 5 anos a taxa foi de 604‰. Em 1864 a mortalidade infantil foi de 206; em 1873 de 578; em 1875 de 645 e em 1877 de 604 para cada mil nascidos. Ora, se de 40% a 60% das crianças que nasciam morriam até os 12 meses, e se 60% e mais delas não ultrapassavam a faixa etária de 5 anos podemos, por aí só, aferir sobre as terríveis condições sócio-econômicas e sanitárias da população carioca. Um verdadeiro genocídio de crianças ocorria anualmente na cidade Imperial do Rio de Janeiro.

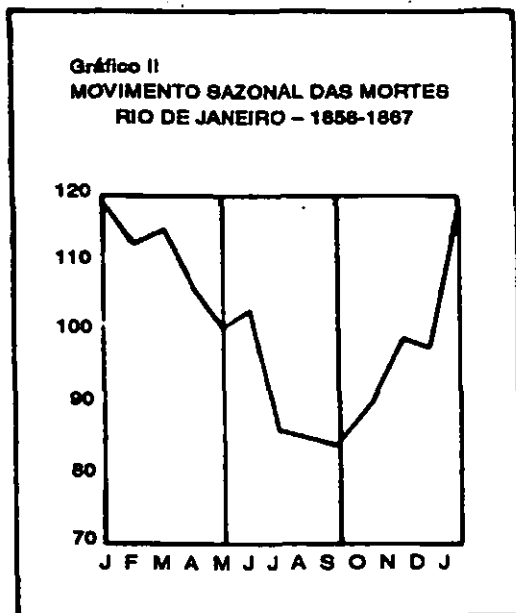
Essa mortalidade, teve sempre maior incidência durante os meses quentes e chuvosos de janeiro, fevereiro e março, quando segundo os relatos ocorriam, não só grandes estragos pelas desintérias e febres de todo tipo, mas era quando mais atacavam as epidemias.

Movimento sazonal das mortes: 1858 - 1867 população geral

	n° absoluto	n° p/dia	n° diários proporcionais
Jan	7.655	246,9	119
Fev	6.620	234,3	113
Mar	7.406	238,9	115
Abr	6.653	221,8	107
Mai	6.526	210,5	101
Jun	6.416	213,9	103
Jul	5.543	178,8	86
Ago	5.480	176,8	85
Set	5.232	174,4	84
Out	5.809	187,4	90
Nov	6.219	207,1	99
Dez	6.344	204,6	98
Total	75.898	2.495,4	1.200

Fontes: Relatórios anuais do Ministério do Império. Falta apenas o ano de 1862.

GRÁFICO II



Paulo-USP/93

III. EPIDEMIAS E ENDEMIAS NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL

O estudo sistemático da morbidade antiga no Rio de Janeiro apresenta algumas dificuldades de ordem metodológica, de organização e de interpretação dos dados disponíveis.

A primeira dificuldade refere-se às estatísticas vitais que foram produzidas por diferentes serviços públicos ao longo do século⁴. Estas fontes

4 Os dados que utilizamos foram os publicados nos: Relatórios anuais apresentados pelo Ministério dos Negócios do Império à Assembléia Legislativa Nacional a partir de 1835 e até 1884; os recenseamentos e quadros gerais da população do Império: População da Província do Rio de Janeiro, 1821. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, cod. 808 fl. 16 v.; *Mapa da População do Município da Corte de 1838*. ANRJ, cod. 808, v.2; Recenseamento Geral do Município da Corte do mês de abril de 1870. ANRJ, cod. 808, v.3; Brasil, Rio de Janeiro. Recenseamento de 1906. Rio de Janeiro, Oficina de Estatística, 1907. Estas fontes foram complementadas pelo obra do médico: REGO, José Pereira, *op.cit.*

apresentam-se de forma não uniforme. Assim, por exemplo, entre 1837 e 1853 os mapas dão-nos os totais de batizados, óbitos e casamentos repartidos entre livres e escravos, por sexo e por paróquias. A partir de 1854 e até 1858 ao lado desses mapas, são organizados outros dos enterros por cemitérios públicos, por mês e distinguindo-se os nacionais dos estrangeiros, os livres dos escravos e por sexo. Em 1859, as estatísticas mortuárias publicadas distinguem sexo, grupos etários, estado civil, livres e escravos e assinalam as doenças que mais mataram a população no ano. Este formato mantém-se até 1863. Em 1864 os quadros de mortalidade da cidade deixam de mencionar as doenças e as classificam por grandes setores, conservando a distinção de sexos, nacionalidade, condição social, grupos etários e distribuindo as mortes pelos meses do ano. Já a partir de 1869, as estatísticas da morte obedecem à nova Classificação Internacional da Causa-mortis, conforme as deliberações do Congresso Internacional de Estatística. Em cada grupo de causas da morte são discriminadas as respectivas doenças. Guardam-se as distinções de sexo, condição social, nacionalidade, idades agrupadas e acrescentam-se profissões, hospitais onde faleceram, paróquias e meses do ano. Mas a Classificação Internacional não é obedecida todos os anos, pois entre 1877 e 1879 só se definem as moléstias que ocasionaram as mortes e somente sua distribuição mensal, abandonando-se os demais itens. Entre 1880 e 1882, as informações resumem-se apenas aos números de mortes por mês, sexo, condição social, nacionalidade e cinco grupos de idades. Nos anos de 1883 e 1884 os dados são por paróquias, sexo, estado civil, deixando-se a causa mortis.

A segunda dificuldade de análise, não menos complexa, refere-se aos nomes das doenças. Sabe-se que o conjunto das moléstias de um grupo humano tem uma história própria. O conhecimento que se tem das doenças muda: novo saber, novos nomes. Por outro lado, as doenças mudaram não somente de frequência, mas de natureza. Daí o risco de querer definir, sob um critério arcaico, a doença correspondente hoje⁵. Por exemplo, há mais de uma centena de títulos antigos para designar um sistema de febres (febre perniciososa, febre biliosa, febre pútrida, febre exantemática, febre tifóide, febre amarela, febre intermitente, febre renitente, etc.); por outro lado, há termos simples que designam sintomas que não permitem nenhuma previsão sobre a real causa da morte.

5 Ver sobre o assunto as reflexões de DESAIVE, J.P. et alli. *Médecins, climat et épidémies à la fin du XVIIe siècle*. Paris: Mouton, 1972, pp. 146 e seguintes.

Enfim, terceira e não menor das dificuldades de análise refere-se à definição e determinação das epidemias. A partir de que frequência estatística anual de morte por uma doença contagiosa se pode considerar como sendo um ano epidêmico? Ou deve-se considerar epidemia, um contágio generalizado de uma doença passageira, mesmo que não tenha adquirido proporções de mortalidade de crise?

Estas dificuldades estão longe de serem resolvidas neste trabalho inicial. Nossa pretensão é apenas a de apresentar o quadro geral, endêmico e epidêmico da cidade do Rio de Janeiro, com base nas informações preliminares que conseguimos reunir. Esse quadro é grave, agudo, por vezes catastrófico.

Para começar, queremos chamar a atenção de que ao lado das taxas elevadíssimas de mortalidade infantil, das frequentes e quase anuais altas da curva da morte devidas a surtos epidêmicos vários, a doença crônica que mais matou os habitantes do Rio de Janeiro em todo o período analisado foi a tuberculose pulmonar. Em média, e em todo o século cerca de 17% de todas as mortes foram ocasionadas pela "tísica", como se pode ver pelas estatísticas que reunimos para alguns anos do século.

MORTES POR TUBERCULOSE PULMONAR DO RIO DE JANEIRO

Ano	Número	% sobre a Mortalidade geral
1859	1458	14,8
1860	1498	13,6
1861	1321	15,2
1869	1596	18,3
1871	1773	18,9
1872	1511	14,6
1873	1626	10,6
1874	1656	14,3
1877	1802	11,9
1878	1888	18,6

Fonte: Relatórios do Ministério do Império.

Ainda dentro da categoria de moléstias vinham depois da tuberculose, as diarreias e desinterias, seguidas das febres, da bronco-pneumonia, do tétano, das doenças do coração, hepatites, sífilis, elefantíases, sarnas e parasitas intestinais dentre as mais frequentes.

A lista das moléstias epidêmicas que atacaram os habitantes da cidade é vasta. Começa pela varíola e sarampo, passando pela febre-amarela, o cólera-rombo, a escarlatina, o crupe, a coqueluche, o tifo e a gripe.

Tentaremos reconstruir a cronologia das epidemias durante o império (1822-1889), até onde nossos dados puderam nos ajudar, procurando mostrar com isso o contexto altamente favorável para a propagação das doenças e da morte que foi a cidade do Rio de Janeiro de 1830 e até os primeiros anos do século atual.

Desde os fins do ano de 1828 assola o Rio de Janeiro uma forte epidemia chamada de Febre de Macacu (Município de onde se originou), que foi apresentada como de caráter tifoide e bilioso. Estas febres intermitentes invadem os municípios vizinhos de Magé, Guapi, Porto de Estrela, Pilar, Itomerim, Iguaçú e Irajá até o ano de 1834. Na cidade do Rio ela foi particularmente mortífera.

No ano de 1831 ao lado de generalizado contágio da epidemia de oftalmias (não mortífera, mas que ocasionou a cegueira em vasto número de pessoas), reinou com caráter grave a da coqueluche, complicada com pneumonias, resultando em forte mortalidade infantil.

No ano de 1834, nos meses mais quentes, houve forte contágio de "febres renitentes e intermitentes de caráter gástrico, bilioso e desintérico. De julho em diante, foi a vez da varíola que volta em caráter epidêmico de certa gravidade, com muitas vítimas, atacando de preferência os recrutas, os escravos e os africanos.

A gripe surge em janeiro – fevereiro de 1835, cessando em março, quando reaparecem as febres intermitentes, provavelmente de caráter tifoide. De agosto até o final do ano foi a vez da epidemia do sarampo, sem gravidade.

1836 foi um ano de grandes estragos com o aparecimento do tifo. "Importado incontestavelmente por um navio conduzindo para cima de 500 colonos vindos das Ilhas da Canárias... dura de junho a agosto". Ela foi de caráter local. Com ela, reinou o sarampo que atacou em todas as paróquias durante seis meses e ocasionou forte mortalidade.

No ano seguinte, volta a atacar o sarampo, extinguido-se praticamente em abril. "Essa epidemia não respeitou idades, sexos, condições sociais, nem localidades: o rico como o pobre; as crianças como os adultos; os habitantes da cidade, como os do campo... sucumbindo número avultado de crianças de todas as classes" (REGO, p. 96).

Em 1838, foram muitas as vítimas da bronco-pneumonia, especialmente entre os meses de abril a maio. E conforme o Dr. Pereira Rego: "O completo desleixo da higiene pública, como as más condições da atmosfera, mais o comércio imoral e desumano da escravidão" tornou a varíola altamente destruidora de vidas nesse ano. A varíola invadiu os bairros da Prainha, Valongo, Saúde, Gamboa e Saco do Alferes atacando famílias inteiras e fazendo muitas vítimas, sobretudo entre crianças. Essa epidemia espalhou o terror e consternação entre todos os habitantes. Em outubro – novembro já estava debelada. Desta vez, os mais poupados foram os pobres e pretos escravos.

Os anos de 1839, 40 e 41 foram de trégua epidêmica. Em 1842, o tifo ataca duramente a cidade, mas o surto foi o contágio da escarlatina matando sobretudo os jovens, escolhendo suas vítimas entre as classes mais abastadas da sociedade e as crianças. Os pobres e os pretos foram poupados. Aproximadamente mil pessoas faleceram e sua ação durou até julho de 1844.

O ano de 44 foi ainda o ano da epidemia da varíola e do sarampo e 1846 até 48 a febre dita reumática, de forma benigna atingiu muitas pessoas.

Porém, uma das páginas mais negras na História das epidemias do Rio de Janeiro estava por vir. Desde os finais de 1849, mas sobretudo em 1850 chega ao Rio a terrível epidemia da febre amarela.

O aumento da população e a entrada em escala elevada de navios negreiros no Rio, no ano de extinção do tráfico de escravos para o Brasil inscrevem-se entre os fatores que favoreceram a propagação da febre amarela. Mas as trágicas condições de higiene, os inúmeros pântanos da cidade, o lixo acumulado por toda a parte, ajudaram na multiplicação dos mosquitos transmissores e na devastadora propagação do mal.

Diz o Dr. Pereira Rego que: "Tal foi o terror que incutiu na população nos dias de seu maior reinado que ela, encarando-a como um castigo providencial, correu em massa aos templos, para dirigir preces ao Altíssimo pela cessação de tão devastador flagelo e saiu em procissão pelas ruas, orando no mesmo sentido. Ela atacou figuras das mais ilustres da província e membros das classes mais elevadas (REGO, p. 54).

A febre amarela veio da Bahia, por barcos e a Academia Imperial de Medicina incumbiu a Santa Casa de Misericórdia de organizar hospitais e enfermarias provisórias em toda cidade. Foi nomeada uma comissão de oito membros da Academia e criadas comissões médicas paroquiais para socorrer os doentes graves nos domicílios. Outras comissões de polícias foram montadas no Porto para examinar navios que chegavam e recolher doentes em hospitais.

O Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, proibiu terminantemente o enterro de corpos nas igrejas, mandando-os para os cemitérios

públicos. Nos hospitais e enfermarias improvisadas foram recolhidos 6.223 doentes, dos quais 4.630 se curaram e faleceram 1587. A mortalidade por febre amarela no ano foi de 4.160, num total de 11.192 mortes em geral (37% das mortes por febre amarela).

Para complicar o quadro nosológico da cidade, nesse mesmo ano a varíola ataca a população e com ela o sarampo também.

No ano seguinte continua a ação afastada da febre amarela, complicada com novos surtos epidêmicos de coqueluche, varicela e foi até maio, embora com caráter menos grave deixando um saldo de 471 vítimas. A coqueluche iniciou-se em fevereiro, generalizando-se até abril, atacando duramente a infância. A varicela e o sarampo foram mais benignas com gravidade maior em outubro, devido a complicações com bronco-pneumonias e afecções cerebrais.

A febre amarela, em 1852 continuou matando. Foram 1.943 as vítimas no Rio, tendo como mês de maior incidência, abril, quando fez 402 vítimas. No segundo semestre o sarampo reaparece em caráter epidêmico, fazendo muitos doentes, mas com poucas vítimas.

Apesar de todos os melhoramentos realizados, as medidas foram insuficientes e a febre amarela continuou atacando e matando a população durante 10 anos.

Outro ano de terrível memória para a população da cidade foi o de 1855. Aí, inaugurou-se no país o primeiro surto de colera-morbo, vindo da Europa através de navios britânicos e portugueses.

O primeiro porto brasileiro afetado foi o de Belém do Pará, em maio de 1855, com a chegada da galera portuguesa Defensor, vinda da cidade do Porto com passageiros afetados do mal, dos quais 36 haviam morrido durante a viagem. A difusão na Província foi tão larga que em um ano contou-se cinco mil vítimas. Daí o mal propagou-se para a província do Amazonas.

O segundo ponto de entrada da epidemia, foi Salvador da Bahia, em março do mesmo ano através do Duque inglês Mercury S. John. Logo toda a Província foi atingida com incrível rapidez fazendo para mais de 30 mil vítimas.

O Rio de Janeiro foi o terceiro ponto, importando o mal pelo vapor S. Salvador que aí chegou em 11 de julho. Rapidamente o cólera alastrou-se, atingindo o ponto máximo em novembro com uma mortalidade de 2.300, número que nem mesmo a maior força da febre amarela conseguiu em 1850.

O governo mandou estabelecer em todas paróquias da cidade, postos médicos para recolher doentes pelas ruas, nomeou comissões paroquiais para visitar doentes em domicílios, distribuiu esmolas levantadas junto à população. As mulheres de todas as categorias tiveram uma ação de voluntariado e

atendimento aos doentes destacada. O próprio Imperador saiu para visitar doentes pelos hospitais da cidade.

A epidemia espalhou o terror entre todos os habitantes. Ela foi mais violenta nos bairros periféricos, dizimando todos os operários que trabalhavam na estrada de ferro em Engenho Novo e todos os escravos da fazenda Macaco. O cólera, ao contrário da febre amarela (epidemia de ricos e brancos) matou praticamente apenas os de categorias mais pobres, os pretos e os escravos. Os velhos foram duramente atingidos, e quase desapareceram os mendigos das ruas e praças da cidade, vitimados pelo cólera. Só em maio de 1856 a epidemia começou a amainar.

Febre amarela, escarlatina, tifo e varíola atacam epidemicamente os habitantes do Rio em 1857. No ano seguinte as epidemias mais violentas registradas foram as de varíola, febre amarela e o crupe. Este levou numerosas vítimas às sepulturas.

Em 1859, foi novamente um ano de epidemias conjugadas. A febre amarela prossegue seu ciclo devastador matando só nos três primeiros meses do ano cerca de 500 pessoas. Junto a ela, a difteria atacou em todas as paróquias centrais e periféricas ceifando a vida de centenas de crianças e jovens, só desaparecendo entre julho e agosto, mas voltando então com nova virulência para matar mais os pobres. Enfim a diarreia, a partir de julho seguida da epidemia de sarampo e de varíola, e após setembro da coqueluche completou o quadro terrível de flagelos e mortes do ano.

Se chovia muito nos primeiros meses do ano multiplicavam-se determinadas doenças, particularmente as desinterias e diarreias de toda origem. Mas se faltavam as chuvas a cidade tornava-se mais suja, secavam-se pântanos e mangues, exalando mal cheiro pela cidade e favorecendo outros males. O ano de 1860 foi particularmente seco nos seus primeiros meses (de chuvas). Com isto a febre amarela retoma com força sua ação mortífera entre março e maio fazendo 1.252 vítimas no ano.

Os anos de 1861 a 64 não registraram epidemias muito graves. A febre amarela quase desapareceu, a varíola matou apenas 378 pessoas, as febres 658 e a difteria e a coqueluche juntas vitimaram 904 pessoas.

Na década de 1860 o estado sanitário da cidade permanecia tenebroso. "As escavações que se fizeram em quase todas as ruas da cidade para as obras da companhia de esgotos... as grandes massas de águas salobras... precedentes de lugares onde havia matérias orgânicas em decomposição... mais águas estagnadas, animais mortos e lixos em diversos pontos da cidade" (REGO, p. 116).

A mortalidade de 1865 subiu para 9.600, com duas graves epidemias, a da varíola que matou 1.239 pessoas e a do sarampo.

Em 1868 reapareceu com força o colera morbo, com a entrada no porto do navio Marcilio Dias vindo da Guerra do Paraguai com doentes do mar, fazendo na cidade 234 vítimas.

Após vinte anos da primeira grande epidemia da febre amarela, esta volta em fins de 1869 e em todo 1870 atingindo centenas de pessoas. Junta-se a ela novo surto de varíola e de sarampo vitimando duramente a primeira infância. Das mortes todas de 1872, 9,8% foram devidas à epidemia de varíola seguida do tifo, ano em que a mortalidade geral atingiu 10.378 moradores da cidade.

Mas milhares de vítimas foram registradas em 1873 de duas graves epidemias. A febre amarela novamente foi responsável por 3.467 mortes e a varíola matou 1.629, trazendo nova onda de pânico entre os habitantes.

Varíola, febre amarela e sarampo continuam devastando a população nos anos seguintes, mas em 1878 só a varíola foi responsável por 14,7% das mortes da cidade, ceifando 2.227 vidas.

Esta situação de idas e voltas das doenças epidêmicas prossegue seu roteiro mortífero até o final do século, sem mudanças estruturais visíveis.

* * *

Em suma, nesta primeira abordagem do tema morbidade e mortalidade da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, podemos destacar alguns tópicos mais característicos, a saber:

1. A mortalidade geral foi invariavelmente superior à natalidade a partir dos anos de 1830 e até o final do século. Os níveis da mortalidade estiveram sempre acima de 40%.

Apesar de um crescimento demográfico natural negativo a população da capital do Império continuou a crescer a taxas altas. A imigração (até 1850 sobretudo de negros da África), tanto do exterior como de outras províncias do país foi a responsável por esse crescimento contínuo;

2. A mortalidade infantil e infanto-juvenil foi em todo período das mais elevadas conhecidas, provocando um verdadeiro genocídio de crianças e jovens da população;

3. As condições de vida, higiene, sanitárias, de abastecimento, de moradias e de saúde pública no Rio de Janeiro são catastróficas, apesar de algumas medidas de saneamento básico, de urbanização, de organização médico-hospitalar e da modernização do sistema de enteramento dos mortos;

4. A morbidade e a mortalidade tinham como fatores principais, causas endêmicas e epidêmicas as quais matavam em escala quase absoluta os habitantes da cidade;

5. Os anos conhecidos como de maior mortalidade foram certamente os de 1850, 1855, 1873, 1878 e 1883.

ABSTRACT: The article deals with the first results of a research project about the "Social History of Health in Brazil (18th and 19th centuries)" that we are currently elaborating.

The sanitary conditions of Rio de Janeiro during the Empire and the action of the Government and of the Imperial Medical Academy were briefly outlined.

We calculated the levels of general and differential mortality (free men and slaves as well as infant mortality). The conclusion reached was that the mortality was superior to the birthrate, both annually as well as until the end of the century. The seasonal movement showed us that during the hot and humid months the greatest number of deaths occurred.

Finally, we endeavored to mapping the chronology of the great epidemics which devastated the population of Rio de Janeiro in the past century and to becoming familiar with the deadliest chronic diseases. Pulmotuberculose in itself was responsible for about 15% of the deaths during that period.

KEY - WORDS: mortality, morbidity, demographic, Rio de Janeiro, Imperial Period.